

No combate ao coronavírus o serviço público é essencial!

O surgimento do novo coronavírus revelou uma catástrofe humanitária que não é acidental.

Ela foi preparada por anos e anos de políticas impostas pelo FMI e Banco Mundial em nome do pagamento das dívidas.

Retirada de direitos dos trabalhadores, privatizações, desmantelamento de redes de proteção social, tudo foi feito para beneficiar os grandes grupos econômicos e os especuladores.

Mesmo na Europa e Estados Unidos a "austeridade fiscal" degradou os serviços públicos, reduziu o pessoal médico, fechou leitos hospitalares, retirou verbas da pesquisa científica – por exemplo, o investimento não realizado para pesquisar vacinas contra as formas anteriores do coronavírus teria sido, hoje, de importância crucial para deter a Covid-19.

No Brasil, desde 2016, com o falso pretexto de "gerar empregos", acelerou-se o desmonte dos direitos trabalhistas. Em vez de emprego foram "gerados" milhões de precarizados, subempregados, desempregados. São os brasileiros e brasileiras que estão mais expostos à doença.

As carências na saúde são apenas a parte hoje exposta de necessidades mais amplas, nos serviços e nas políticas públicas. Porque não se pode falar em saúde pública sem falar em saneamento básico, política habitacional, estrutura de arrecadação de impostos e justiça fiscal, pesquisa científica, segurança pública, política ambiental...

A pandemia encontrou um governo brasileiro que em vez de proteger o povo e a nação viajou aos Estados Unidos e aqui desembarcou com 22 infectados, ajudando a propagar a doença, particularmente em Brasília!

Tudo o que o governo Bolsonaro faz mostra que ele é o maior empecilho ao enfrentamento da crise sanitária, econômica e social.

Mesmo agora, em plena crise, editou as novas MPs 927 e 936 (afasta sindicatos de negociações, permite aos patrões suspender contratos de trabalho e cortar salários). A Câmara, de Rodrigo Maia, aprovou a MP 905/19 (carteira dita verde-amarela) e governo e congresso buscam meios para cortar salários de servidores públicos.

Para piorar, Bolsonaro cria obstáculos para distribuir a pequena renda mínima emergencial de três meses para os milhões de informais, que são os mais vulneráveis à contaminação.

Bolsonaro não tem condições de presidir a nação, não é possível adiar a luta pelo fim do seu governo. Não por acaso, de norte a sul, o Fora Bolsonaro é o que mais se ouve nos painéis – manifestação possível na quarentena!



A política que destrói os serviços públicos e que nos deixou vulneráveis à pandemia precisa mudar, com o fim desse governo e, depois, quando as condições permitirem, com ampla reforma das instituições.

É mentira que eles querem proteger os setores sociais mais vulneráveis. A tentativa de jogar os trabalhadores do setor privado contra os servidores públicos é para proteger os rentistas, financistas, bilionários, os monopólios internacionais imperialistas. É o que fazem esse governo e essas instituições.

Junto com nossos sindicatos filiados e com a CUT, a Condsef/Fenadsef vai lutar para que o estado dê a necessária assistência social aos milhões jogados na miséria pela política desse governo e, ao mesmo tempo, vai lutar frontalmente contra todo e qualquer corte de salários e direitos dos servidores e empregados públicos.

Vamos defender a plataforma de emergência levantada pela CUT em sua reunião de 27 de março [<https://www.cut.org.br/noticias/resolucao-da-cut-faz-defesa-intransigente-da-vida-exige-direitos-e-respeito-ao-p-ba21>], cujo primeiro ponto é a revogação da EC 95 (teto dos gastos).

Vamos impulsionar a participação na campanha pela taxaço das grandes fortunas (manifesto "Tributar os ricos para enfrentar a crise", construído pelos Auditores Fiscais pela Democracia, Anfip, Fenafisco, Instituto Justiça Fiscal (IJF).

A Condsef/Fenadsef, por intermédio dos seus sindicatos filiados, presta particular assistência aos servidores e empregados públicos que estão na linha de frente do enfrentamento ao coronavírus e no combate às endemias. Desde a exigência de Equipamentos de Proteção Individual, capacitação técnica e condições seguras de trabalho até a preservação da integralidade de todas as verbas salariais. O mesmo vale para todos os demais, inclusive os que estão em teletrabalho: nenhum centavo a menos nas folhas de pagamento!

A vida vem sempre em primeiro lugar! Na crise sanitária, cada um estará protegido somente se todos estiverem protegidos!

Nas condições em que o necessário distanciamento social impossibilita a realização de reuniões presenciais, as instâncias da Condsef/Fenadsef estarão mobilizadas por meios virtuais para continuar seu trabalho em defesa dos servidores e empregados públicos de todo o país.

Mais do que nunca, defender o serviço público e as estatais é defender a nação brasileira!

Diretoria Nacional da Condsef/Fenadsef